



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9485

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Servidores – Câmara Municipal de Montes Claros

**Autoria:** Mesa Diretora

**Data:** 19/09/2017

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 70/2017. Dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 5.003, de 29/09/2017).

**Controle Interno – Caixa:** 22

**Posição:** 19

**Número de folhas:** 08

---

espécie: P.L  
categoria: Sindical  
x: 22  
Ordem: 19  
folhas: 05

Nº 48/2017



26.09.2017

# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 70/2017

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Dispõe Sobre Reajuste de Vencimento dos Servidores Públicos  
do Poder Legislativo do Município de Montes Claros.

### MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 19/09/2017
- 3 - Comissão de Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas.
- 4 - APROVADO em Comissão de Vereadores
- 5 - dia em 26.09.2017
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

PROJETO DE LEI Nº 70 /2017

**Dispõe Sobre Reajuste de Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Montes Claros"**

O Povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica concedido reajuste de 5% (cinco por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de outubro de 2017.

**Art. 2º** – Fica concedido reajuste de 5% (cinco por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

**Parágrafo Único** – O reajuste previsto no caput deste artigo ficará condicionado à disponibilidade financeira e aos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

**Art. 3º** – Os reajustes previstos nesta lei não se aplicam aos Agentes Políticos.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento.

**Art. 5º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 6º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro do corrente ano.

Sala das sessões, 19 de Setembro de 2017

Presidente – Vereador Cláudio Ribeiro Prates

Vice-Presidente – Vereador Idelfonso Pereira Araújo

1º Secretário – Vereador Wilton Afonso Dias Soares

2º Secretário – Vereador Domingos Edmilson Magalhães

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 19 DE SETEMBRO DE 2017  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTO  
UNICA CONTAS  
EM 19 DE SETEMBRO DE 2017  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
RE C/m E DE URGÊNCIA  
EM 26 DE SETEMBRO DE 2017  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# Câmara Municipal de Montes Claros

## IMPACTO FINANCEIRO DO PROJETO REAJUSTE 2017/2018

### ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O projeto prevê:

- Reajuste de 5% (cinco por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de outubro de 2017;
- Reajuste de 5% (cinco por cento) aos servidores inativos e aos ativos dos cargos de provimento efetivo e comissionado administrativos do Poder Legislativo, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

### DO IMPACTO

#### 2017

O reajuste de 2017, tem um custo mensal estimado R\$ 16.197,38 (dezesesseis mil, cento e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), incluído encargos, então em 2017 o impacto será de R\$ 64.789,52 (sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

O valor do impacto será absorvido com os valores já previstos e contidos no orçamento do exercício.

#### 2018

Considerando o reajuste aplicado em 2017 e o a ser aplicado em 2018 a partir de fevereiro, teremos um custo mensal estimado de R\$ 33.204,63 (trinta e três mil, duzentos e quatro reais, sessenta e três centavos).

Considerando ainda que o reajuste será a partir de fevereiro teremos então, um impacto no orçamento de 2018 na ordem de R\$ 381.448,31 (trezentos e oitenta um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos), que será suportado com o aumento natural do repasse.



# Câmara Municipal de Montes Claros

## Estimativa do Impacto orçamentário – Financeiro (artigo 16 LC 101/2000)

**PREMISSAS:** projeto .

### Metodologia do cálculo :

Especificação	Exercício de 2017	Exercício de 2018
Despesa	64.789,52	381.448,31
Previsão Orçamentária	18.719.000,00	20.900.000,00
Estimativa do impacto Orçamentário financeiro	0,00346 %	0,01825%

Concluimos, com base na estimativa acima, que a entidade dispõe de recursos orçamentários e que de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo), haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Montes Claros-MG., 19 de Setembro de 2017

IVAN FONSECA DE OLIVEIRA  
Contador CRC/MG 39.291

### Declaração de Compatibilidade da Despesa (Art. 16, Inciso II da LC 101/2000)

Declaro, para os devidos fins que a contratação da despesa supra citada, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária e está compatível com o plano plurianual e com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros-MG., 19 de Setembro de 2017

CLÁUDIO RIBEIRO PRATES  
Presidente da Câmara.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 70/2017 QUE “Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Montes Claros”, de autoria da Mesa Diretora.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto versa sobre reajuste para seus servidores, ativos e inativos.

Uma vez que o presente projeto trata de questão interna da Câmara Municipal, não se vislumbra nenhum vício de iniciativa, bem como, não se vê nenhuma ilegalidade em seu objeto, ressaltando-se que a iniciativa, como previsto na Lei Orgânica, foi da Mesa Diretora.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 20 de setembro de 2017.

**LUCIANO BARBOSA BRAGA**

Assessor Legislativo

OAB/ MG 78.605





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2017**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera a Lei Complementar nº 04, de 07 de Dezembro de 2005, e dá Outras Providências."**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 19/09/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 20/09/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, altera o item 17.02, do Anexo IV, da Lei Complementar 04, 07 de dezembro de 2005 e revoga dispositivos na Legislação Municipal que contraria o art. 8º-A, da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Verifica-se que a matéria trata de adequação da legislação municipal à legislação federal, no tocante ao percentual de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros.

Não obstante, a Comissão sugeriu emenda para adequar a redação da Ementa ao texto do corpo da lei.

Ao fim, verifica-se que a proposição trata de assunto de interesse local e não incide em vício de iniciativa.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela constitucionalidade do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: \_\_\_\_\_





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2017**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Altera a Lei Complementar nº 04, de 07 de Dezembro de 2005, e dá Outras Providências."**

#### **I- RELATÓRIO**

proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 19/09/2017 com entrada na Sala das Comissões no dia 20/09/2017, após emitir parecer sobre a legalidade e constitucionalidade, foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para manifestar sobre a matéria.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, altera o item 17.02, do Anexo IV, da Lei Complementar 04, 07 de dezembro de 2005 e revoga dispositivos na Legislação Municipal que contraria o art. 8º-A, da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Verifica-se que a matéria trata de adequação da legislação municipal à legislação federal, no tocante ao percentual de isenções, incentivos e benefícios tributários ou financeiros.

De acordo com a Mensagem do Executivo, a alteração da alíquota proposta no art. 1º do PL visa assegurar mais de 8.000 (oito mil) empregos diretos no Município.

Neste caso o impacto financeiro será positivo, em detrimento de as leis federais acima citadas permitir ao Município revogar isenções concedidas por legislações municipais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares \_\_\_\_\_

Vice- Presidente: Ver. Domingos Edmilson Magalhães \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Daniel Dias da Silva \_\_\_\_\_